

Ensino | Participação de advogados nos cursos universitários procura simplificar conceitos associados ao Direito, tornando os cursos mais práticos e os currículos mais aliantes para a entrada no mercado de trabalho

Advogados levam casos práticos às faculdades



Tatiana Canas

tcanas@economicasgpps.com

As duas faculdades de Direito de Lisboa que hoje colocam maior percentagem de licenciados nos principais escritórios de advogados do País – Nova e Católica – têm inovado ao introduzirem, nos seus planos de estudo, professores convidados para leccionarem. A título de exemplo, no ano passado a Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados foi a estas duas faculdades recrutar 12 dos 17 estagiários que contratou.

Em 1997, quando Freitas do Amaral inaugurou a Faculdade de Direito na Universidade Nova de Lisboa (FDUNL), importou dos Estados Unidos um novo modelo de ensino. Do primeiro plano de estudos da faculdade constavam cadeiras reformadoras para Portugal, como “Profissões Jurídicas e Deontologia” ou “Prática Jurídica Interdisciplinar”. Esta última disciplina foi entregue, na íntegra, a advogados não professores universitários.

Escritórios como a AMPereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados (PLMJ), Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados (MLGTS) ou Gonçalves Pereira, Castelo Branco & Associados (GPCB) aderiram de imediato a este projecto. E nem os sócios fundadores ficaram à margem: eles próprios dão aulas.

José Miguel Júdice lecciona desde 2004: “Aceitei este convite por

desafio profissional e por entender que os meus mais de 30 anos de prática podem ser úteis à formação dos mais jovens”, diz o advogado, encarregue de cadeiras no MBA conjunto entre a Católica e a Nova em Direito Comercial e regente de cadeiras de Arbitragem noutra pós-graduação desta faculdade.

Também Manuel Castelo Branco, sócio da GPCB, foi convidado pela FDUNL em 2003 para dar aulas ao último ano do curso. “Nas aulas tentamos recriar casos concretos que envolvam a discussão e aplicação de regras jurídicas na negociação, concretização e discussão litigiosa de contratos”. Desta forma, os alunos têm a hipótese de sentir as dificuldades e especificidades da aplicação do direito às situações concretas.

As aulas recriam casos concretos que envolvam a discussão e aplicação de regras jurídicas, diz Manuel Castelo Branco

Advogados de profissão e sem carreira académica a tempo inteiro, a mais valia destes professores é tornarem um curso eminentemente teórico, em profissionalizante: na concepção tradicional, o ensino universitário caracterizava-se pela não profissionalização, ao contrário do politécnico, que contém uma dimensão sobretudo

Vantagens de um ensino profissionalizante

► Interação entre investigação científica e experiência profissional;

► Para cadeiras jurídicas cujo conteúdo está em constante mutação, é a prática que dá o principal elemento jurídico de estudo;

► Visão integrada da prática jurídica com a realidade, desligada de questões académicas.

prática. Assim, no mundo jurídico, as faculdades de Direito com maior antiguidade em Portugal – Universidade Clássica, em Lisboa, e Universidade de Coimbra – “dotam os seus estudantes de qualificações intelectuais, embora não de ferramentas práticas para a vida”, refere fonte ligada a uma das universidades.

Advogados tornam o direito teórico aplicável à vida real

Rui Patrício e Carlos Botelho Moniz, ambos sócios da MLGTS, leccionam hoje na Nova e na Católica, respectivamente. Para Rui Patrício, o gosto por transmitir conhecimento e investigar, a par do entendimento de que a academia complementa a prática e vice-versa, foram os motivos que o fizeram aceitar o convite para ensinar “Prática Jurídica Interdisciplinar” no último ano lectivo. Carlos Botelho está há já quatro

anos encarregue de uma cadeira optativa, de direito processual europeu. Na sua opinião, da fusão da docência com a advocacia resulta um “desafio enriquecedor”, na medida em que se articulam fórmulas teóricas com casos práticos reais.

António Hespanha, presidente do conselho científico da FDUNL, crê que a receptividade pelos advogados é boa, “por um lado, porque a sua associação à faculdade prestigia as firmas, e por outro, porque assim conseguimos identificar jovens colaboradores”.

Ensino prático acompanha melhor mutações do Direito

Luis Barreto Xavier, coordenador dos estudos graduados da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (FDUCP) entende que “a licenciatura deve ensinar a pensar, a decidir, a comunicar e, especialmente, num tempo de permanentes alterações legislativas, deve ensinar a procurar o que é o Direito em cada momento e lugar”.

Ultrapassado o paradigma da cátedra no ensino por não fazer hoje qualquer sentido, “a FDUCP tem entendido que a colaboração de prestigiados advogados contribui para a compreensão, pelos estudantes, da ligação entre teoria e prática, proporcionando ainda o contacto com matérias jurídicas especialmente sofisticadas, nas quais a academia não acompanha o dinamismo da prática”, continua o mesmo docente.

Com disciplinas, seminários e sessões pontuais leccionadas por advogados na licenciatura, esta instituição foi também inspirar-se nos modelos anglo-saxónicos ao introduzir uma maior componente prática desde 2003. A receptividade também tem sido muito boa.

Para além das três sociedades de advogados já referidas no caso da FDUNL, na FDUCP participam ainda profissionais da Abreu Advogados, Sérvulo & Associados, Vieira de Almeida & Associados e Serra Lopes Cortes Martins e Associados. ►

citações



“A receptividade pelos advogados tem sido boa, porque a sua associação à faculdade prestigia as firmas, ao mesmo tempo que lhes permite identificar jovens colaboradores”

António Hespanha

“A faculdade tem entendido que a colaboração de prestigiados advogados contribui (...) para matérias jurídicas sofisticadas que a academia não acompanha na prática”

Luis Barreto Xavier

